

AS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA NA TERRA: uma leitura a partir da Comunidade Ribeirão município de Catalão/GO/Brasil

Marcelo do NASCIMENTO ROSA
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/CNPq
Bolsista CAPES/CNPq
marcelo.geoufg@gmail.com

Aline Cristina NASCIMENTO
Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão.
Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/CNPq
alinenask@ig.com.br

José Henrique Rodrigues STACCIARINI
Professor Doutor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.
e-mail: jhrstacciarini@hotmail.com

RESUMO: O artigo tem como objetivo compreender as estratégias adotadas pelos camponeses da Comunidade Ribeirão, no município de Catalão/Goiás/Brasil a fim de garantir a sua permanência na terra de trabalho. Para tanto, percorreremos os seguintes caminhos metodológicos: a) levantamento bibliográfico e b) pesquisa de campo (entrevistas, história oral e registro fotográfico). A expansão do capitalismo no campo tem provocado profundas transformações nas relações sociais de produção e de trabalho, a ponto de suscitar interpretações que anunciaram o desaparecimento dos *sujeitos* que têm a terra como *terra de trabalho*: os camponeses. Entretanto, verifica-se que, ao contrário, os camponeses têm criado e (re)criado no movimento de *luta pela terra* e de *luta na terra* diferentes estratégias que possibilitam sua existência. Em meio à leitura de hegemonização das relações de produção e de trabalho no campo, a produção e o trabalho camponês apresenta uma dinâmica territorial, social, política e produtiva singular que merece ser investigada na perspectiva emancipatória desses sujeitos que teimam em existir e (re)existir. Os camponeses da Comunidade Ribeirão se autodenominam como pequenos produtores. São trabalhadores que adquiriram a posse da terra, em geral por herança e mantêm laços de parentesco e vizinhança que lhes permite manter a identidade camponesa, a formação comunitária e os laços de pertencimento ao lugar. De posse da terra, as famílias camponesas desenvolvem ações que vão desde a divisão de tarefas entre os membros da família e entre as famílias da Comunidade até a ação política para ter acesso às políticas públicas. A feira camponesa, iniciativa do Movimento Camponês Popular (MCP), e a comercialização junto ao Programa Nacional de Merenda Escolar (PNAE) estão sendo experimentadas pelas famílias camponesas da Comunidade Ribeirão e, até o momento, estão sendo apontadas como um importante instrumento para assegurar a renda *da* e *na* terra. Diversas outras ações de caráter econômico, social, cultural e político dão sustentação ao que se pode chamar de luta pela permanência na terra e demonstram que os camponeses não aceitam a expropriação como condição predestinada e que promovem a apropriação social da natureza em oposição à apropriação privada. Esse caráter de apropriação social da natureza, mais especificamente da terra, apesar de legalmente haver a propriedade privada e individual da terra, é garantido pela existência da comunidade formada por sujeitos camponeses.

Palavras-chave: Camponeses, Estratégias, Permanência na Terra, Território.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de estudos e reflexões realizados junto ao Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM) da Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (UFG/CAC), bem como da militância no Movimento Camponês Popular (MCP) que nos proporcionou o convívio com as famílias camponesas da Comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO). Da inter-relação teoria e prática vieram diversos questionamentos sobre a existência e reprodução dos homens e mulheres que vivem e trabalham na terra com suas famílias e que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa que ora apresentamos.

As transformações ocorridas com a expansão das relações capitalistas no campo têm provocado diversas interpretações acerca da existência e reprodução do campesinato, porque, ao contrário de muitas teses o fato é que o desenvolvimento capitalista não tem provocado o seu desaparecimento. Os camponeses têm buscado a sua recriação, seja com no movimento de luta pela Reforma Agrária, seja com o desenvolvimento de diferentes estratégias que possibilitem a existência e a permanência na terra já conquistada.

A singularidade camponesa se manifesta na experiência única da sua reprodução, a qual se baseia no próprio controle sobre o trabalho e sobre os meios de produção. E isso é que permite que os camponeses conservem a capacidade de produzirem seus próprios meios de vida. A busca por uma autonomia relativa e pela renda como condição para permanecer na *terra de trabalho*¹ não significa a independência de fatores externos, já que os camponeses afetam e são afetados pelas condições da totalidade da sociedade capitalista na qual estão inseridos. Essa autonomia relativa se manifesta na maneira com que estão organizados em sua terra de trabalho e em comunidades e com que controlam seu tempo e seu espaço de forma diferente da lógica dominante.

Nesse sentido buscou-se conhecer os camponeses da Comunidade Ribeirão, no município de Catalão (GO). Constatou-se um modo de viver e de produzir sustentado por laços de solidariedade no núcleo familiar e entre as famílias que moram na comunidade, o que permite que esses trabalhadores se coloquem no mundo de forma completamente diversa daqueles que vivenciam a alienação do trabalho porque, apesar de eles estarem integrados à ordem dominante, o controle de parcela do território capitalista está com eles. A partir da confirmação da existência e territorialização camponesa na Comunidade Ribeirão o texto retrata as estratégias que os camponeses desenvolvem para assegurar a renda da terra. A ação política, a partir da participação no Movimento Camponês Popular (MCP) media a necessária diversificação da produção para a garantia da autonomia camponesa na obtenção de melhores condições de vida.

¹ Conceito desenvolvido por Martins (1995).

O MOVIMENTO DE LUTA NA TERRA NA COMUNIDADE RIBEIRÃO

Partindo da premissa de que a territorialização camponesa é contínua, marcada por lutas permanentes para assegurar a sua condição de existência e reprodução, as tentativas e as mudanças não podem ser tomadas como o fim, mas, como o recomeço de uma trajetória teimosa. Na territorialização camponesa a gestão própria da própria terra resulta de um circuito de experiências (tentativa para chegar a um melhor resultado, assegurando a renda da terra) somado ao saber-fazer.

Nas conversas com os camponeses, e todas as visitas realizadas, sempre ouvimos a palavra *tentativa* quando eles relatavam suas estratégias produtivas, atuais ou passadas. Tentar é experimentar e só o pode fazer aqueles que têm controle de seu tempo e de seu espaço, bem como dos demais elementos envolvidos no processo. Nota-se, dessa forma, que o experimentar tem o objetivo do controle da produção da propriedade e de sua reprodução social, o que elimina a ideia de que a existência camponesa é algo dado ou dependente de agentes externos. Os camponeses traçam e constroem sua existência e sua reprodução.

E isso não significa que é possível negar a interferência das forças hegemônicas, principalmente do Estado, no modo de vida camponês, mas que a existência camponesa não pode ser explicada como se fosse uma *licença* capitalista, pois no limite, os camponeses, de posse da terra, podem sobreviver fora da esfera mercantil, tendo em vista a capacidade de produzir os próprios meios de vida. Logicamente, esse seria um caso extremo, mas cujo exemplo não pode ser desprezado, dado o conteúdo simbólico de liberdade contra a opressão do mercado.

Os camponeses da Comunidade Ribeirão, no Município de Catalão (GO), desenvolvem diferentes estratégias para a sua reprodução social e têm na diversificação das fontes de rendimentos e na disponibilidade de força de trabalho familiar as suas principais armas. Manejam-nas buscando driblar os fatores que contribuem para que eles se subordinem ao capital, perdendo, do ponto de vista estratégico, a construção de sua autonomia.

Esses elementos, enquanto partes constituintes de uma especificidade camponesa, capaz de condicionar sua reprodução social, protagonizam as práticas cotidianas das famílias camponesas e rompem com as interpretações, pré-estabelecidas, que buscam evidenciar o fim do campesinato, ensinando-nos que as análises sobre o campesinato “[...] devem prescindir da compreensão da realidade/especificidade do conflito social e de classe, guiado pelo processo social historicamente definido.” (THOMAZ JÚNIOR, 2009 p. 24).

Nesse sentido, é necessário compreender as práticas exercidas pelos *sujeitos da terra* e suas estratégias de reprodução não como uma incapacidade de superação de *relações arcaicas de*

produção, mas sim, como condições recriadas pela contradição do desenvolvimento capitalista² que permite em seu cerne, relações puramente capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção.

O fato de as famílias camponesas estarem de posse da terra e nela trabalharem reforça ainda mais a certeza de que é dela que auferem sua renda. Contudo, mesmo nesse caso o capital tende a subordinar sua renda através da circulação das mercadorias. Os camponeses mesmo com a terra ficam a mercê de representantes do capital – os conhecidos intermediários, atravessadores, atacadistas etc; Que impõem preço baixo ao valor de seus produtos, ficando assim, com uma parcela da renda que seria utilizada para dar melhor condição de vida à reprodução social do campesinato. Essa situação se agrava quando a família camponesa tende a especialização, pois ela dirige a maior parte dos esforços e do seu tempo para produção de apenas um produto e desta forma, não conseguem se livrar da ofensiva do capital que, ao reduzir o preço do produto leva a família ao empobrecimento acelerado.

Contudo, as famílias da Comunidade Ribeirão que estão envolvidas em alguma forma de ação política compreendem esse processo de exploração e buscam na diversificação da produção agrícola e não agrícola uma estratégia de assegurar a renda oriunda do trabalho na terra.

A partir da comercialização direta de diversos produtos driblam a ação dos representantes do capital, pois, ao terem queijo, requeijão, manteiga, hortaliças, farinhas, doces, cereais e outros produtos, as famílias camponesas passam a ter diversas fontes de rendimento e não sujeitam, portanto, à condição de trabalhadores para a indústria capitalista, têm sua autonomia, decidem o que produzir, quanto produzir e onde e com quem comercializar.

Nessa complexa teia o campesinato, ao reconhecer a si mesmo como sujeito diferente no modo capitalista de produção, desenha a diversificação das fontes de rendimento como uma estratégia de reprodução social, de assegurar sua renda. Contudo, essa estratégia está, muitas vezes, condicionada à força de trabalho disponível na terra de produção camponesa, pois, quanto maior for a força de trabalho, maiores serão as condições de produzirem diferentes produtos, sejam eles agrícolas ou não agrícolas, independentemente do nível de mecanização.

As estratégias da reprodução camponesa

² O capitalismo está ligado, em seu pleno amadurecimento, à existência coetânea de camadas e sociedades não-capitalistas. [...] A acumulação do capital também porém, não pode ser explanada sob a hipótese do domínio exclusivo e absoluto da forma de produção capitalista, já que, sem os meios não-capitalistas, torna-se inconcebível em qualquer sentido [...]. (LUXEMBURGO, 1976, p. 314).

Nascimento e Mendonça (2012) afirmam que a situação atual em que se encontra o campesinato não aponta necessariamente o seu fim, mas faz com que ele desenvolva e/ou recrie especificidades que muitas vezes acabam por reforçá-lo.

Fatores econômicos como a sujeição da renda da terra ao capital podem promover estrangulamento do campesinato pela marginalização e pauperização, pois o capital também consegue explorar o trabalho camponês, subordinando a sua produção. E é em seu produto que está contido o trabalho da família.

No campo, setores em que a renda é baixa, como na produção da maioria dos alimentos para consumo interno, o capital não expropria a terra dos camponeses, mas, cria condições para extrair a renda onde ela aparentemente não existe.

Martins (1979) nos ensina que:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando somente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa distinta; estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1979, p. 26).

Nesse caso, o capital utiliza a produção camponesa como recurso para garantir sua própria expansão. É na intensificação das relações comerciais que os intermediários, os atravessadores e os atacadistas (representantes do capital) drenam a renda da terra ao pagarem um preço baixo pelos produtos camponeses. O interesse por esses produtos pode ser porque eles constituem matéria-prima para a indústria ou por, simplesmente, obter lucro com a intermediação entre produtor e consumidor final, ou seja, o capital controla a produção e explora o trabalho camponês na circulação. É “a produção subordinada à circulação”. (Oliveira, 2010, p. 21).

Dessa forma, mesmo em relações não-capitalistas de produção³ o capital explora o trabalho. Paulino (2006, p. 110) ensina que “apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor do trabalho nela contido.” E o próprio Marx já ponderava sobre esse mecanismo de exploração, deixando claro que o resultado é o empobrecimento dos camponeses:

³ “A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não são reguladas pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e o lavrador não recebem seu lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalho expropriado dos instrumentos de trabalho.” (MARTINS, 1980, p. 59/60).

Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo, portanto, resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho. (MARX, 1974, p. 924).

Nesse processo é importante lembrar que só quando o produto do trabalho da família camponesa torna-se mercadoria é que o trabalho dela transforma-se em renda. Dessa forma, as possibilidades de apropriação da renda da terra pelos camponeses se complexificam ainda mais. Parte de sua produção é para seu consumo interno (autoconsumo), outra parte do produto de seu trabalho assume a forma de mercadoria. Ou seja, nos liames do modo capitalista de produção, parte do que os camponeses produzem não se torna renda (em dinheiro), por não se tornar mercadoria e a parte que é produzida para o mercado, na maioria das vezes, é apropriada pelo capital na circulação, na sujeição da renda da terra ao capital. Esses fatos talvez comecem a explicar a extrema pobreza a que grande parte das famílias camponesas está submetida.

Contudo, constata-se que apesar das amarras do capital para apropriar-se da renda da terra, as famílias camponesas vêm desenvolvendo estratégias que permitem, mesmo que parcialmente, que elas fiquem com a renda, ou seja, com o fruto de seu trabalho. A diversificação das fontes de rendimentos é parte significativa dessa estratégia.

Ao diversificarem (produção agrícola e não agrícola) suas fontes de rendimento as famílias camponesas criam a capacidade de se desvencilharem das amarras colocadas pelo capital e negam um dos pilares do modelo capitalista de agricultura que é a especialização (monocultura). Ao produzir diferentes produtos, os camponeses conseguem fugir da oligopolização do capital, que têm como característica centrar a extração da renda em apenas um produto. A estratégia de disponibilizar diferentes produtos, como milho, cana, feijão, arroz, hortaliças, pequenos animais (frango, suínos etc.), leite, queijo, requeijão, etc, faz com que os camponeses sempre tenham algum produto para garantir sua renda.

Além disso, essa diversificação abre precedência para que os camponeses desenvolvam seus próprios mecanismos de produção que vão desde a produção de alimentos livres de venenos (agrotóxicos), a venda para os mercados institucionais, a partir dos programas governamentais, e a comercialização direta ao consumidor, burlando, dessa forma, a dependência da indústria que expropria a renda camponesa.

Ao adotar a produção de alimentos orgânicos (Foto 01) os camponeses da Comunidade Ribeirão deixam de consumir os pacotes de insumos e agrotóxicos produzidos pelas indústrias e comercializados a preços exorbitantes, o que gera a dependência dos camponeses a esses produtos. Além do mais, os camponeses também estão atentos ao apelo à saúde alimentar.

Foto 1 – Canteiro de hortaliça orgânica, numa propriedade rural na Comunidade Ribeirão, município de Catalão (GO).



Fonte – Pesquisa de Campo/2013.

Autor – NASCIMENTO ROSA, M.

Para alterar o sistema de produção do convencional para o orgânico, os camponeses vêm acessando, a partir da mediação do Movimento Camponês Popular (MCP), o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), que disponibiliza para os camponeses empréstimos com baixos juros para o plantio de lavouras, compra de animais, reforma de pastos, compra de veículos utilitários para escoamento da produção de alimentos e também de infraestrutura para a propriedade como as pequenas irrigações.

Outro mecanismo para assegurar a renda e que vem sendo experimentado pelos camponeses da Comunidade Ribeirão são os mercados institucionais, criado por programas de governos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição Alimentar (PAA). Esses programas incentivam e garantem a compra dos produtos de origem camponesa.

A partir deles os camponeses comercializam seus produtos (Foto 02) sem sofrer a exploração do mercado capitalista que expropria a sua renda. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa do governo federal, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que libera recursos para que o poder público, no caso, a Prefeitura Municipal de Catalão (GO), adquira alimentos da agricultura camponesa e os destinam as escolas locais.

Foto 02 – Entrega de produtos alimentícios produzidos por camponeses da Comunidade Ribeirão, à Prefeitura Municipal de Catalão (GO).



Fonte – Site do Movimento Camponês Popular (MCP).

Já a partir do Programa de Aquisição Alimentar (PAA) as famílias camponesas comercializam sementes crioulas junto a CONAB que repassa a produção a outros camponeses, para garantir a soberania alimentar. (Foto 03)

Foto 03 – Sementes crioulas repassadas por camponeses da Comunidade Ribeirão, município de Catalão (GO), para assentamentos da reforma agrária, pelo Programa de Aquisição Alimentar (PAA) via CONAB.



Fonte – Site do Movimento Camponês Popular (MCP).

A diversificação da produção também possibilitou que os camponeses da Comunidade Ribeirão iniciassem uma experiência de comercialização direta com o consumidor através da Feira Camponesa que realizam no Bairro Ipamena, na cidade de Catalão, todas as quartas-feiras.

A foto (04) mostra uma barraca de produtos da Feira Camponesa. É uma iniciativa dos camponeses da Comunidade que se organizaram no Movimento Camponês Popular (MCP). Toda a gestão da feira é feita pelos camponeses que coletivamente definem a garantia da diversificação da produção, a qualidade e o preço dos produtos. Esse processo é compreendido como uma ação de autonomia camponesa, pois fecha o ciclo de tomada de decisões: se decidiu o que produzir, quando produzir e para quem vender.

Foto 04 – Barraca da Feira cantonesa organizada pelo Movimento Camponês Popular, realizada no bairro Ipanema, Catalão (GO).



Fonte – Pesquisa de Campo/2012.

Autor – NASCIMENTO ROSA, M.

A partir das observações realizadas em campo é possível afirmar que foi a partir da luta social e política pelos seus interesses que os camponeses conseguiram visualizar a diversificação das fontes de rendimentos como condição para sua autonomia perante o modelo de produção dominante. Visualizaram a potencialidade econômica, política e ideológica de seu modo de produzir e de viver e reuniram seu núcleo familiar – força de trabalho – nesta identidade social.

Desta forma, Carvalho (2012) ensina que é na luta pelos seus interesses que sua identidade de produzir e de viver se transforma numa identidade social de classe.

[...] é a resistência social camponesa à pressão exercida pela expansão capitalista e às opressões daí derivadas que propiciam aos próprios camponeses, nessa prática social plena de contradições, não apenas o crescimento de sua consciência política, mas também a experiência da luta social em defesa de seus interesses. (CARVALHO, 2012, p. 30).

É notório que as propriedades camponesas que possuem uma *autonomia relativa* perante as relações capitalistas de produção têm a diversificação como marca registrada. É incomum a dedicação exclusiva à apenas uma atividade, de modo que os membros da família dividem seu tempo entre diversas tarefas e em diferentes sistemas produtivos, regidos por um calendário sazonal. Esse processo pode ser visto na figura (01).

Figura 01 – Diversificação do trabalho e diversas fontes de renda, Comunidade Ribeirão, município de Catalão (GO).



Fonte – Pesquisa de Campo/2012.

Autor – NASCIMENTO ROSA, M.

Os camponeses integram o sistema produtivo e incrementam a sua renda através de diversas fontes. No leite, a exemplo das propriedades camponesas da Comunidade Ribeirão, a atividade não é interrompida ao longo do ciclo produtivo e diversas outras atividades como a produção de hortaliças e pequenas lavouras, o cuidado dos animais, a produção de farinha, queijo, polvilho etc, são combinadas. E ainda neste contexto há que se ressaltar as fontes de rendimentos não agrícolas como o artesanato e a renda da Previdência Social que, em tempos de monopolização do território pelo capital, vem tomando cada vez mais importância na reprodução da família camponesa.

Como dito no capítulo três, os camponeses conservam a posse da terra e compõem no mundo do trabalho como entidade familiar fazendo com que o trabalho de todos os membros da família seja essencial para a garantia da diversificação da produção.

Com o trabalho, a renda (monetária ou em espécie) é oriunda de diversas fontes produtivas que se convertem nas condições reais de apropriação da renda e melhores condições de reprodução da família. A quantidade de braços, bem como o caráter diversificado e complementar que a força de trabalho exerce na terra de produção camponesa é elemento específico, dessa forma, como retrata Oliveira (1994) fica fácil entender serem essas ações uma estratégia de preservação dos meios de produção e, por conseguinte, da própria autonomia que deriva da diversidade produtiva centrada na unidade familiar.

Por fim, entende-se que a diversificação das fontes de rendimento exercida pelas famílias camponesas da Comunidade Ribeirão em Catalão/GO teve e tem papel decisivo na reprodução do campesinato naquele território, fazendo muitas vezes, com que os diferentes membros da família permaneçam na unidade de produção, alimentando assim o círculo vicioso de que *mais gente, mais trabalho e mais renda, mais gente* – mais vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUBER, M. **Sobre comunidade**: Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução Rosa María Russovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CARVALHO, H. M. de. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba, PR, 2012. Disponível no site: <http://www.mcpbrasil.org.br>. Acesso em 21 abr. 2012.

_____. **O campesinato do século XXI** – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **De produtor rural familiar a camponês**: a cartasse necessária. Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera>. Acesso em 25 de junho de 2012.

_____. **Na sombra da imaginação**: o camponês e a superação de um destino. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agricultura-camponesa>. Acesso em 22 de junho de 2012.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 212-239.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

INOCÊNCIO, M. E. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o PRODECER**. 271f. (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. 3. Ed. São Paulo: Proposta, 1980.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXENBURGO, R. **A acumulação do capital**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalvez. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.

MARX, K. **O capital**. Livro 3. Vol. 4, 5 e 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 233f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MESQUITA, H. A. de **A modernização da agricultura: um caso em Catalão-Goiás**. 1993, 180f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias), Universidade Federal de Goiás, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Goiânia, 1993.

NASCIMENTO, A. C. & MENDONÇA, M. R. **Campesinato: uma existência contraditória no modo capitalista de produção**. Anais Cemarx, Campinas, SP, 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária**. São Paulo: contexto, 2002, p. 63-110.

_____. **A geografia das lutas no campo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **Agricultura e indústria no Brasil**. Campo –Território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur, Edições, 2007.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. Ed. UNESP. São Paulo, 2006.

- PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-ciêntifico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações** – o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n. 26, pp. 43-79, 1980.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- THOMAS JÚNIOR, A. **As correntes teóricas na geografia agrária brasileira**. Presidente Prudente, SP, 2009.
- VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- VENÂNCIO, M; PESSOA, V. L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. de L.; PESSOA, V. L. S. (Org.) **Pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro, 1990.